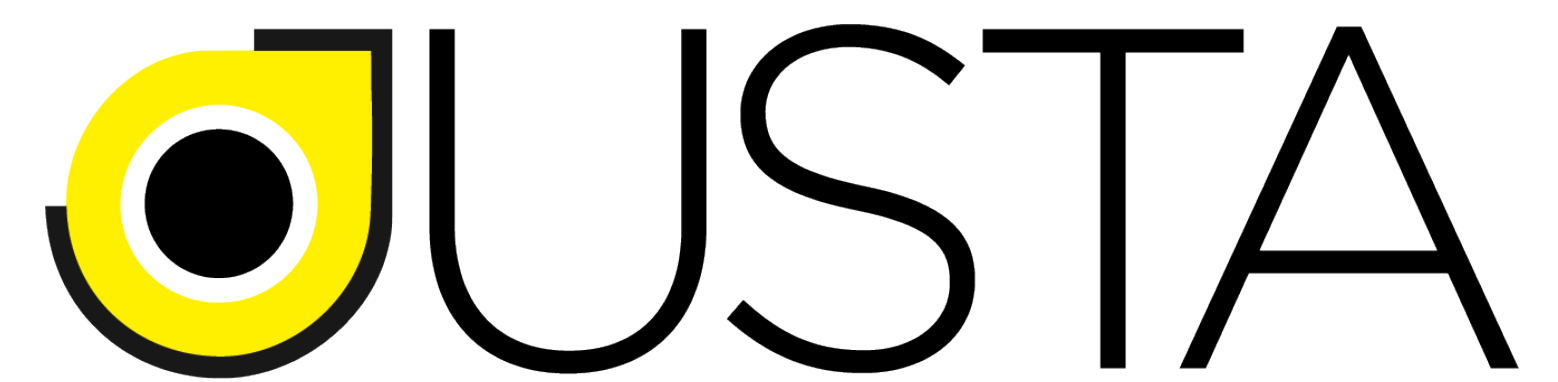
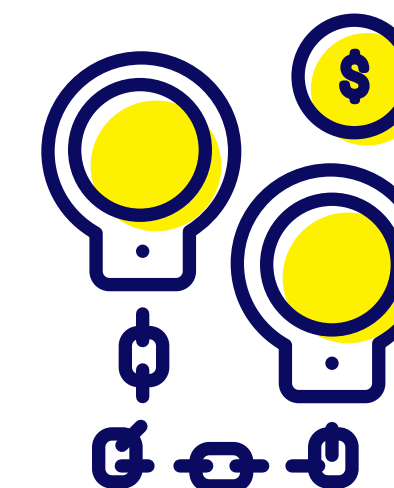


ORÇAMENTO ESTADUAL EM 2020

São Paulo em ano de pandemia



DEMOCRATIZANDO A GESTÃO PÚBLICA DA JUSTIÇA



O orçamento do estado de São Paulo em 2020

O orçamento estadual da saúde

O orçamento do sistema de justiça paulista

O orçamento do sistema prisional paulista

Material de apoio

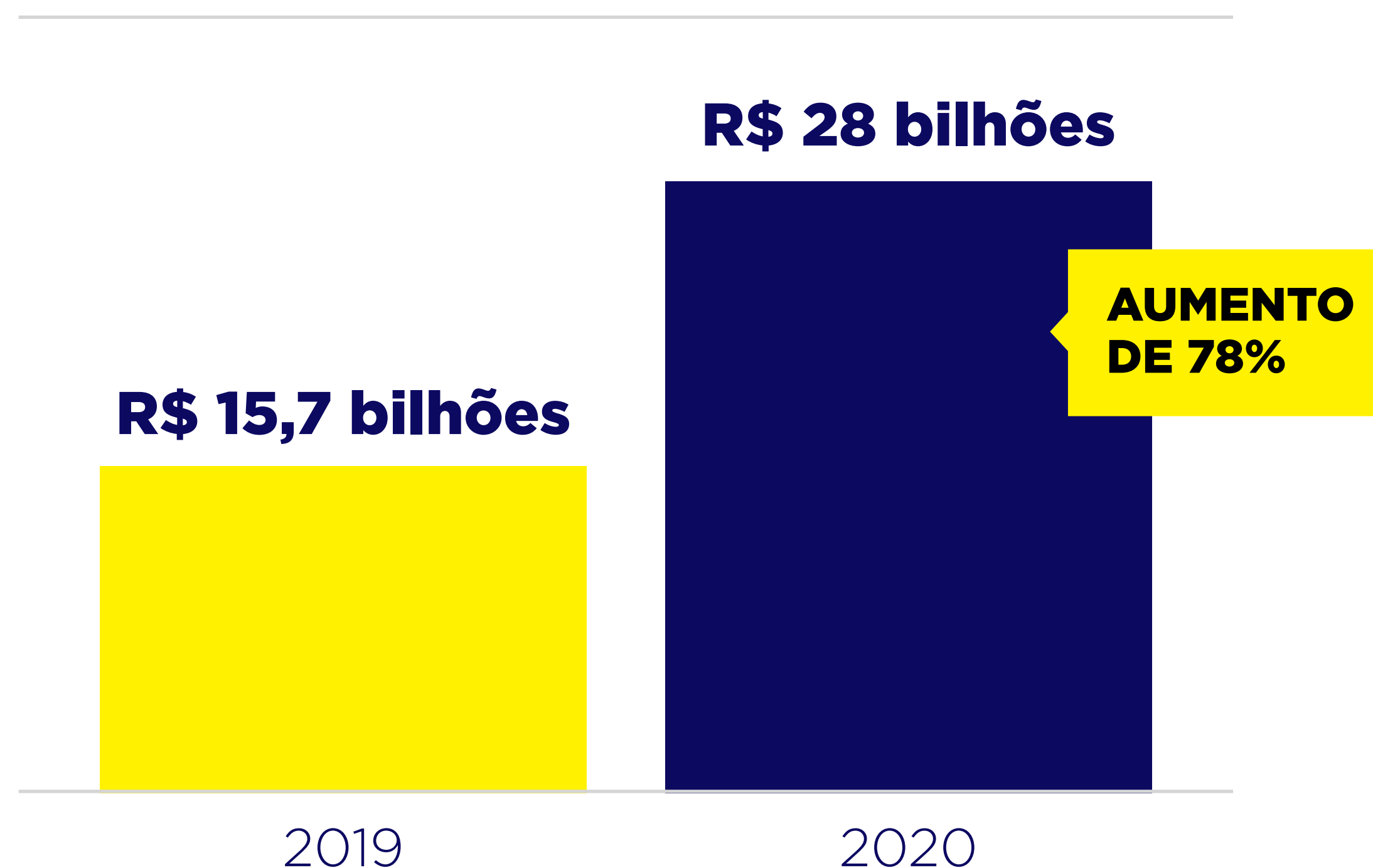
- Como funciona o orçamento estadual
- Fontes dos dados



O Congresso Nacional* suspendeu o pagamento de dívidas dos estados com a União e instituições financeiras. Somado ao aumento da arrecadação de tributos e a repasses federais, isso permitiu que o Estado de São Paulo engordasse sua poupança no primeiro ano da pandemia.

SÃO PAULO FECHOU
2020 COM **R\$ 12,3
BILHÕES A MAIS EM
RESERVAS.**

RESERVA DE CAIXA



*Através do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus instituído pela Lei Complementar nº 173/20



As receitas foram 1,4% maiores em relação a 2019 sobretudo graças ao crescimento da arrecadação de ICMS e a repasses federais para enfrentamento da pandemia e para auxílio ao setor cultural.

ICMS

+ R\$ 1,44 bilhão

em relação a 2019

REPASSES FEDERAIS

+ R\$ 7,6 bilhões

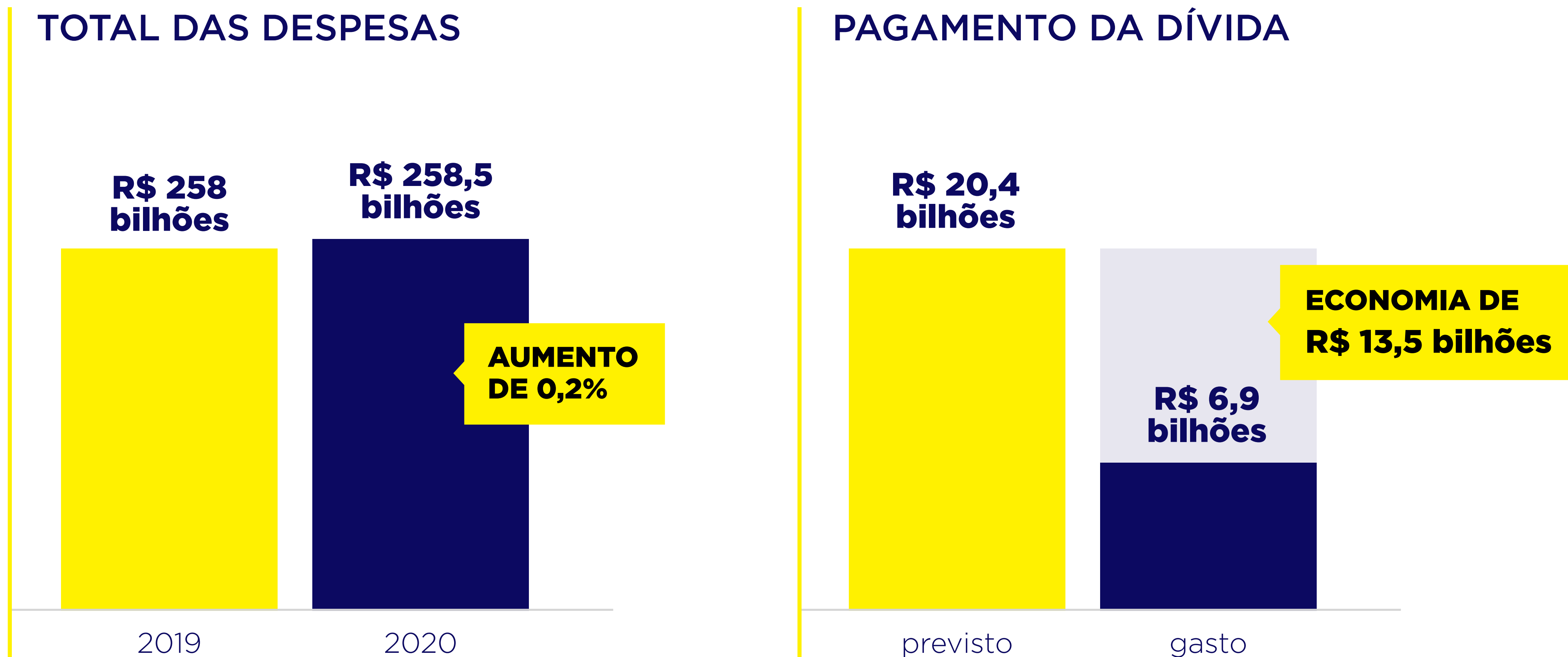
Enfrentamento ao Coronavírus

+ R\$ 280 milhões

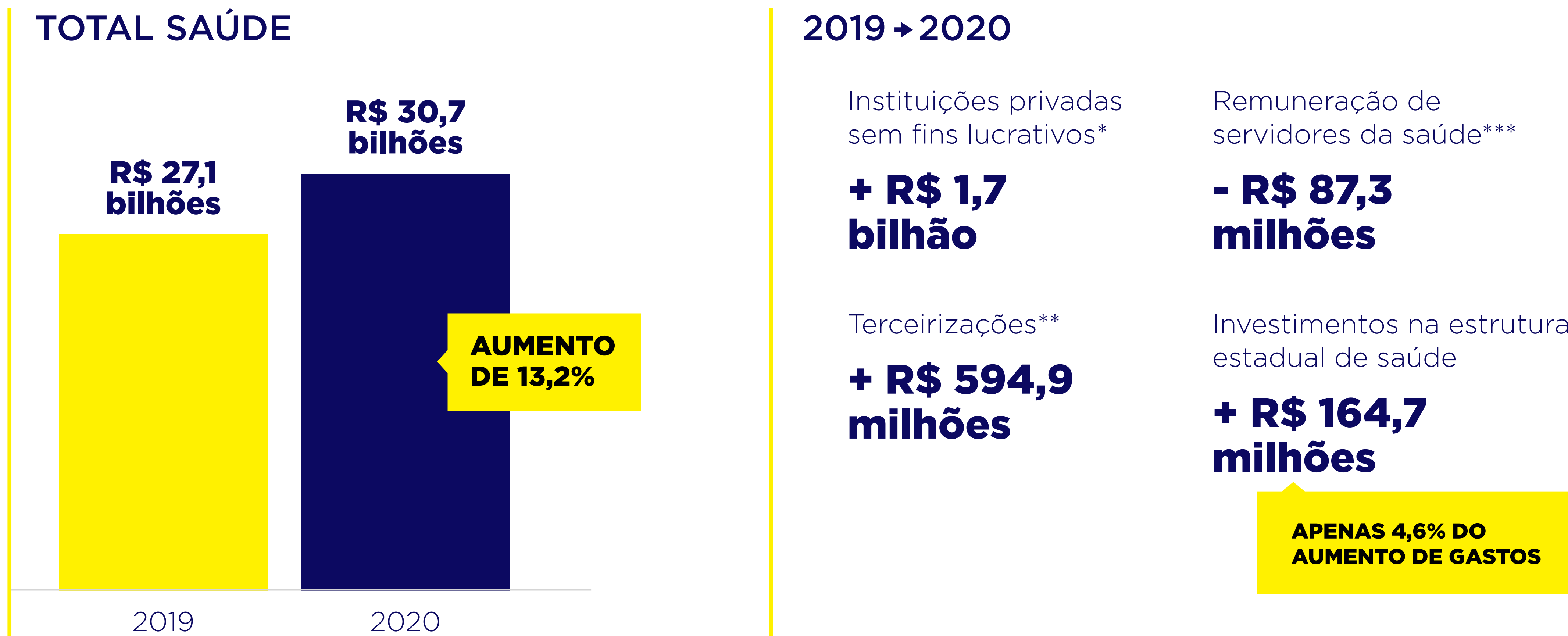
Lei Aldir Blanc



As despesas foram muito próximas a 2019. A economia com a suspensão do pagamento da dívida paulista foi o principal fator garantidor dessa estabilidade.



Os gastos com saúde aumentaram em 2020. Acordos com instituições sem fins lucrativos e terceirizações representaram os maiores os aumentos, enquanto o gasto com remuneração de servidores diminuiu e os investimentos na estrutura estadual de saúde foram baixos.



A partir daqui vamos olhar também para como, ao longo do ano, o governo alterou os gastos previstos na Lei Orçamentária Anual de 2020, aprovada pela Assembleia Legislativa.

Este olhar nos permite visualizar as decisões político-orçamentárias tomadas pelo governo de São Paulo durante o primeiro ano da pandemia.

FALAMOS DOS
GASTOS DO PODER
EXECUTIVO, MAS **É**
IMPORTANTE OLHAR
TAMBÉM PARA
O SISTEMA DE
JUSTIÇA.

Quando o Estado não faz sua parte, é a **Defensoria Pública** que processa o governo para proteger os nossos direitos, como educação, saúde e habitação.

Já o **Ministério Público** deve fiscalizar o cumprimento das leis. Ele decide quem vai ser processado criminalmente, incluindo políticos eleitos, como governadores.

E o **Poder Judiciário** é o árbitro do jogo: o seu papel é resolver os conflitos e dar razão a um lado ou ao outro, inclusive em ações contra o governador e membros do governo.

Entre 2010 e 2020
o **orçamento geral
do Estado** de São
Paulo cresceu
76%.

No **mesmo período:**

TJSP

O orçamento do
Tribunal de Justiça de São Paulo
cresceu **129%**

Em 2020 **82%**
do orçamento
foi para folha
de pagamento

MPSP

O orçamento do
Ministério Público de São Paulo
cresceu **108%**

Em 2020 **90%**
do orçamento
foi para folha de
pagamento

DPSP

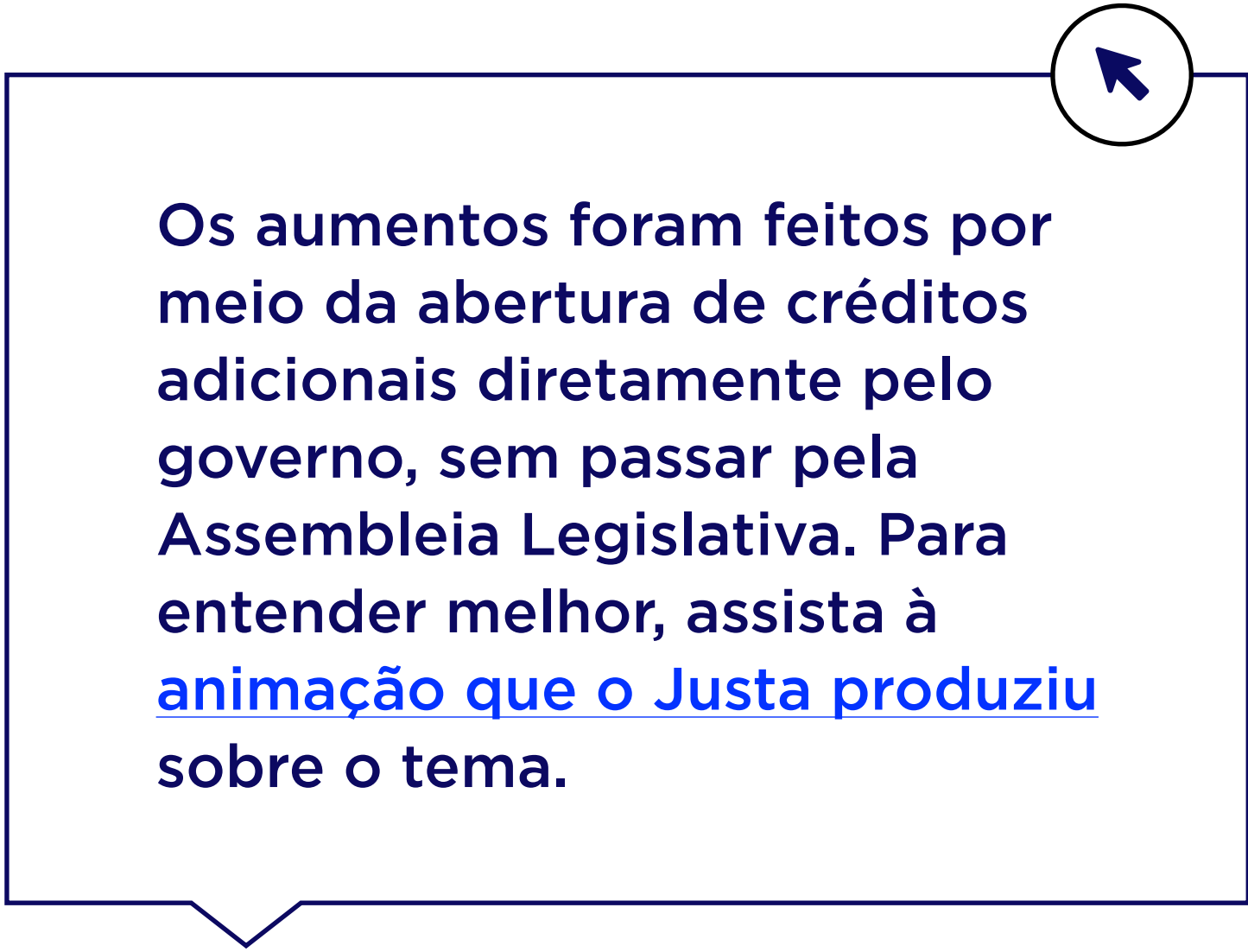
O orçamento da
Defensoria Pública de São Paulo
cresceu **88%**

Em 2020 **54%**
do orçamento
foi para folha de
pagamento



A crise sanitária mudou a dinâmica dos serviços públicos e o trabalho remoto deveria levar a uma economia de gastos.

No entanto, **durante 2020, o governo aumentou os orçamentos do Tribunal de Justiça (TJSP) e do Ministério Público (MPSP) em relação ao aprovado na Lei Orçamentária Anual. São aumentos para quem deveria fiscalizar e julgar os atos do próprio governo.**



Os aumentos foram feitos por meio da abertura de créditos adicionais diretamente pelo governo, sem passar pela Assembleia Legislativa. Para entender melhor, assista à [animação que o Justa produziu](#) sobre o tema.

TJSP

+ R\$ 220,6 milhões

MPSP

+ R\$ 72,1 milhões



Além dos créditos adicionais, foram realizados remanejamentos internos nos orçamentos do TJSP e do MPSP, aumentando ainda mais os valores das respectivas folhas de pagamento.

AUMENTO TOTAL DOS GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO

TJSP
**+ R\$ 539,5
milhões**

MPSP
**+ R\$ 249,3
milhões**

FORAM
R\$ 788,8

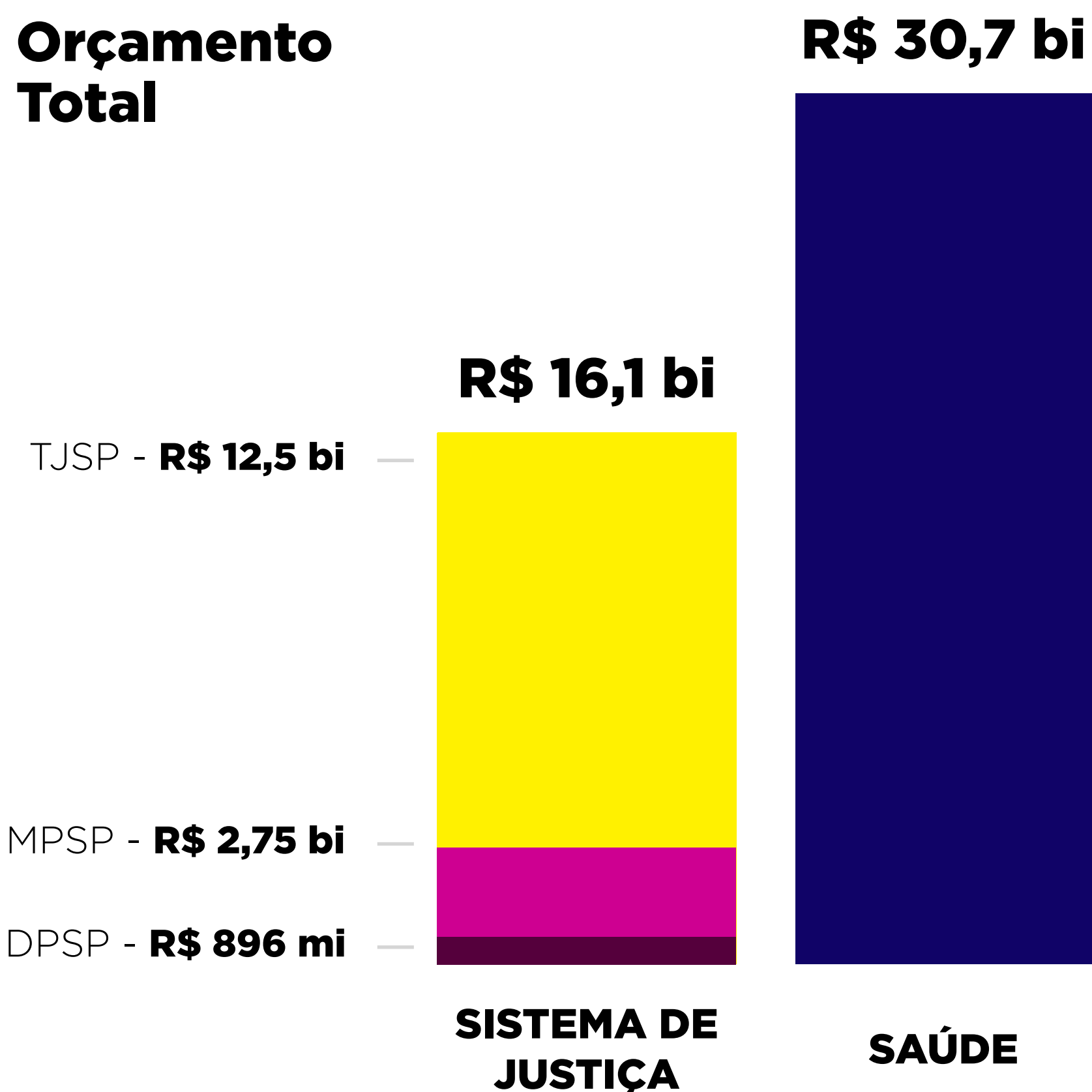
MILHÕES A MAIS DO
QUE O PREVISTO NA LEI
ORÇAMENTÁRIA ANUAL
DE 2020.



SISTEMA DE JUSTIÇA PAULISTA E SAÚDE | FOLHAS DE PAGAMENTO

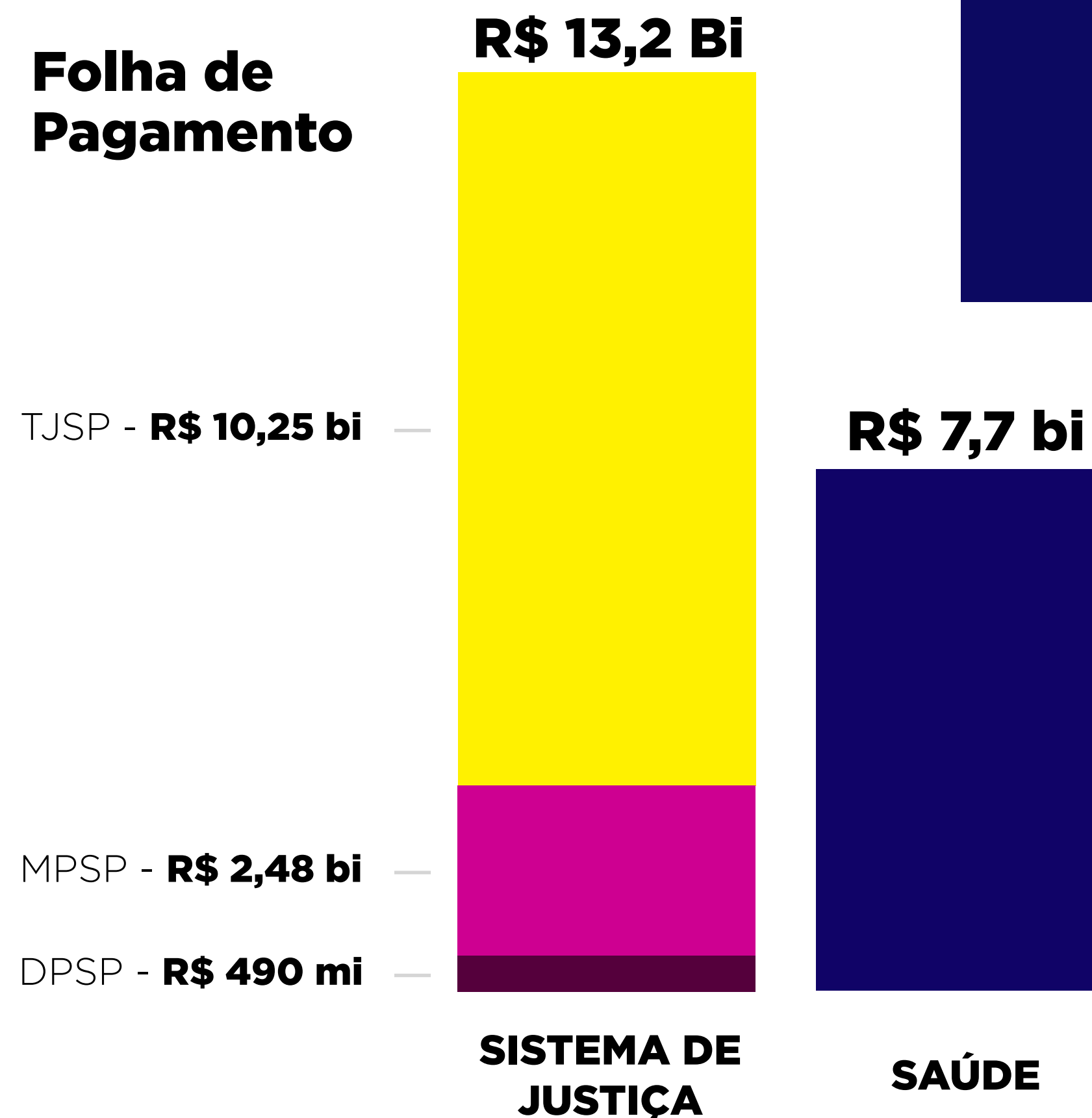
Os valores recebidos pelas 3 instituições do sistema de justiça em 2020 correspondem a **52% do total destinado à saúde** no Estado de SP.

Orçamento Total



Já as despesas com **folha de pagamento** do sistema de justiça foram **71,4% maiores do que o gasto com pessoal da Saúde**

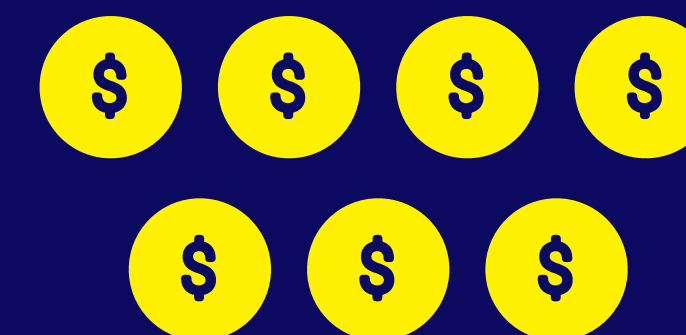
Folha de Pagamento



A cada R\$ 10 gasto com servidores da saúde,

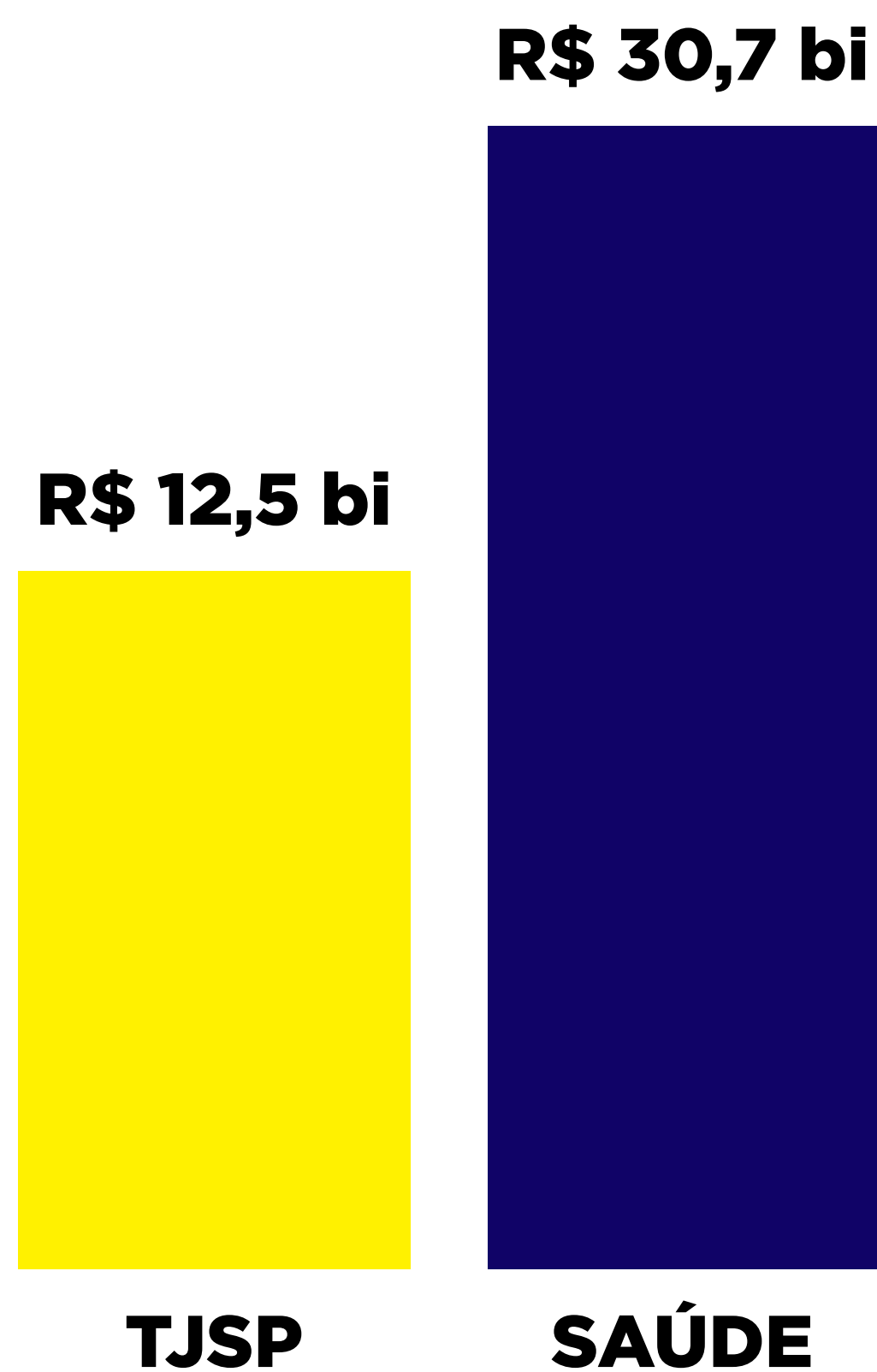


R\$ 17 foram gastos com servidores do sistema de justiça



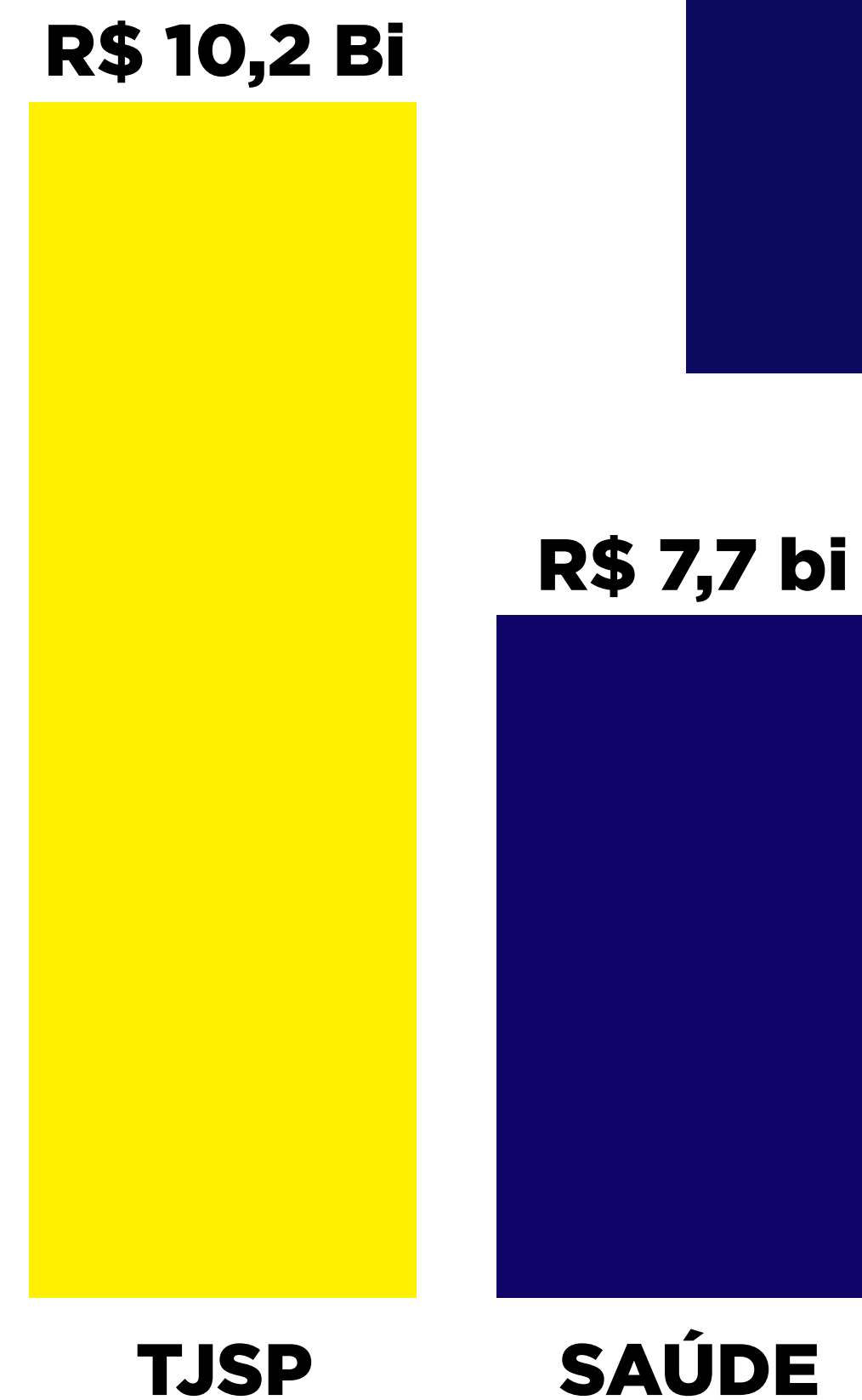
Os valores recebidos só pelo **TJSP** em 2020 correspondem a 40% do total destinado à saúde no Estado de SP.

Orçamento Total



Já as despesas com **folha de pagamento do TJSP foram 32% maiores do que** o gasto **com pessoal da saúde.**

Folha de Pagamento



A cada R\$ 10 gastos com servidores da saúde,



R\$ 13,20 foram gastos com servidores do TJSP



RECEBER MAIS DO QUE
O DETERMINADO PELA
ASSEMBLÉIA:

EM OUTRAS ÁREAS
ACONTECEU O
CONTRÁRIO.

SANEAMENTO

VALOR EMPENHADO FOI

-20,5%

QUE O VALOR PREVISTO

**DESPORTO
E LAZER**

VALOR EMPENHADO FOI

-29,6%

QUE O VALOR PREVISTO

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

VALOR EMPENHADO FOI

-14,4%

QUE O VALOR PREVISTO

GESTÃO AMBIENTAL

VALOR EMPENHADO FOI

-30,4%

QUE O VALOR PREVISTO



O SISTEMA PRISIONAL DE SÃO PAULO EM TEMPOS DE COVID-19

O aprisionamento começa nas instituições de Justiça, onde os processos criminais têm início.

Vimos como foram os gastos com o sistema de justiça do Estado de São Paulo em 2020.

E como se comportou o orçamento do sistema prisional paulista durante o primeiro ano da pandemia?

Em ação que argumenta que a situação de degradação permanente em que se encontram as pessoas presas no Brasil configura uma violação contínua de direitos fundamentais e humanos, **o STF reconheceu o Estado de Coisas Inconstitucional do sistema penitenciário.**

Nas palavras do Relator da ADPF 347, Ministro Marco Aurélio Mello.

*Presente quadro de violação massiva e persistente de direitos fundamentais, decorrente de falhas estruturais e falência de políticas públicas e cuja modificação depende de medidas abrangentes de natureza normativa, administrativa e **orçamentária**, deve o sistema penitenciário nacional ser caracterizado como “estado de coisas inconstitucional*

(...)

A ausência de medidas legislativas, administrativas e orçamentárias eficazes representa falha estrutural a gerar tanto a violação sistemática dos direitos, quanto a perpetuação e o agravamento da situação.

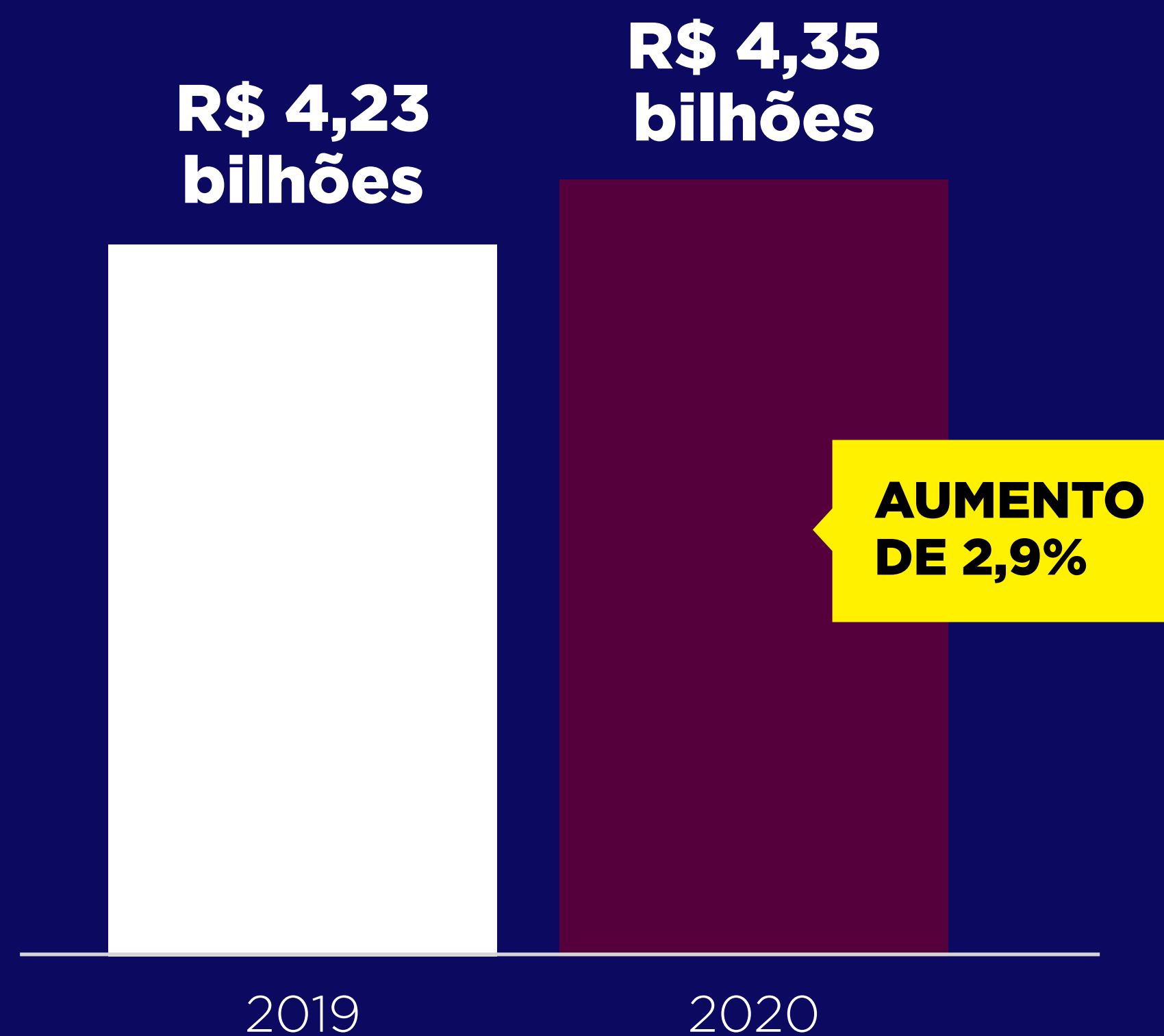
(STF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 347/2015. Grifos nossos)



O Estado de São Paulo terminou o ano de 1995 com menos de 60 mil pessoas presas. Em 2020 eram mais de 231 mil. **A escolha pelo confinamento em massa da população tem custado muito caro** não apenas em termos sociais, mas também para os cofres públicos.

QUANTO CUSTA MANTER TUDO COMO ESTÁ?

MANUTENÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL*



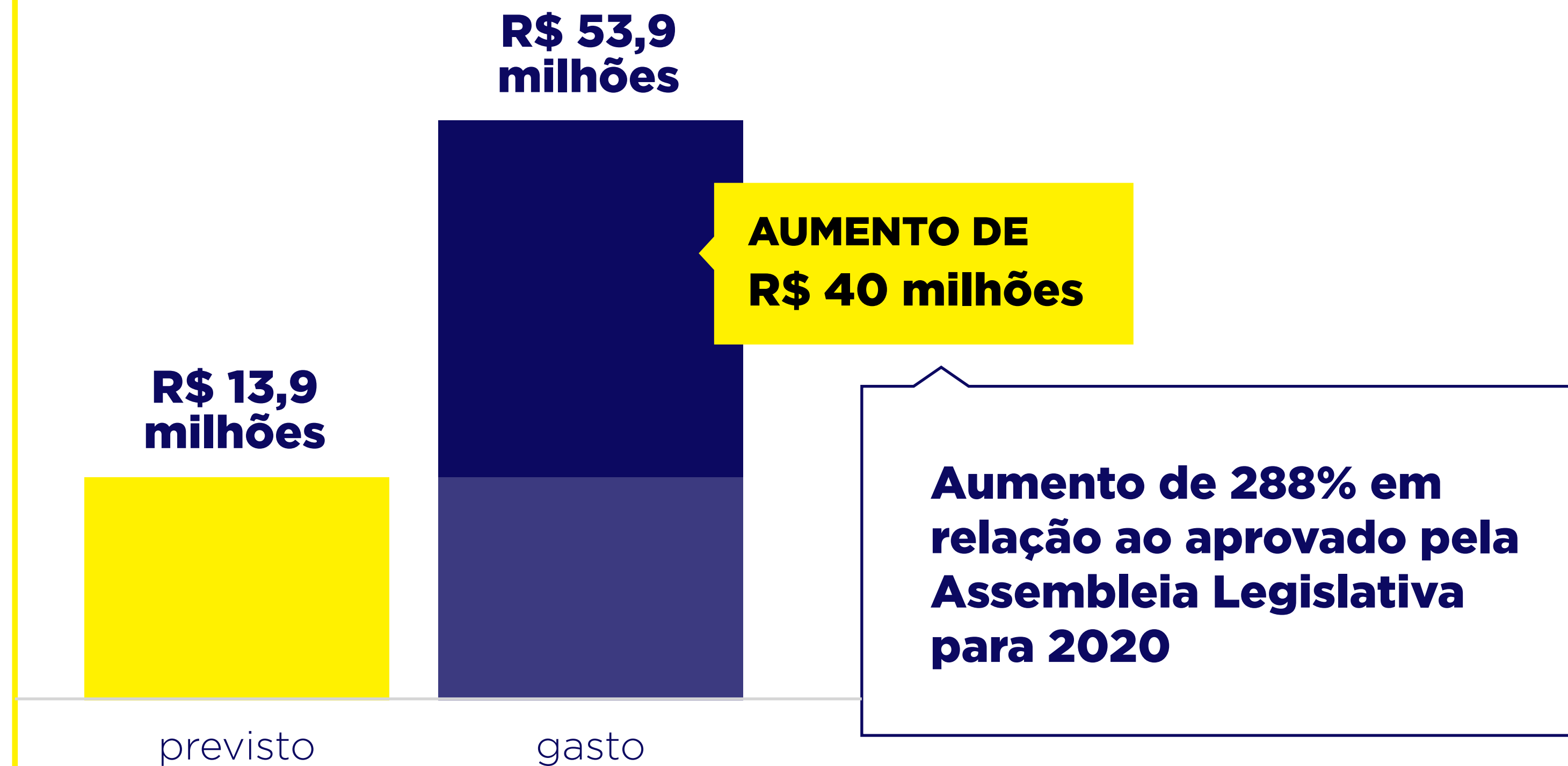
*Programa 3813: Gestão da Custódia da população Penal.

Fontes: Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, INFOPEN 2020 e Portal da Transparência Estadual de São Paulo

São Paulo tem a maior população prisional do Brasil e em 2020 renovou a aposta no encarceramento em massa.

O único aumento de gastos no Programa para manutenção do sistema prisional **ao longo do ano foi para a ampliação do número de vagas.**

EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA DE CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO



*Programa 3813: Gestão da Custódia da população Penal.

Fonte: Portal da Transparência Estadual de São Paulo



ESTUDO PUBLICADO RECENTEMENTE NA REVISTA CIENTÍFICA “[THE LANCET](#)”, MOSTRA QUE **OS MALEFÍCIOS DA PRISÃO NÃO AFETAM APENAS A SAÚDE DAS PESSOAS PRESAS, MAS SIM TODA A SAÚDE PÚBLICA**, ALÉM DE IMPACTAR OS INDICADORES GERAIS DE MORTALIDADE.

O **DESINVESTIMENTO NO SISTEMA CARCERÁRIO** TAMBÉM É PROPOSTO NAS CONCLUSÕES DO ESTUDO. TRATA-SE DE **MEDIDA DE ATENÇÃO À SAÚDE COLETIVA** E DA INTERRUÇÃO DE INVESTIMENTOS INFÉRTEIS.



A falta de água e de produtos mínimos de higiene é a regra nas unidades prisionais. São **espaços superlotados em que as recomendações de prevenção, como lavar as mãos, são impossíveis.**

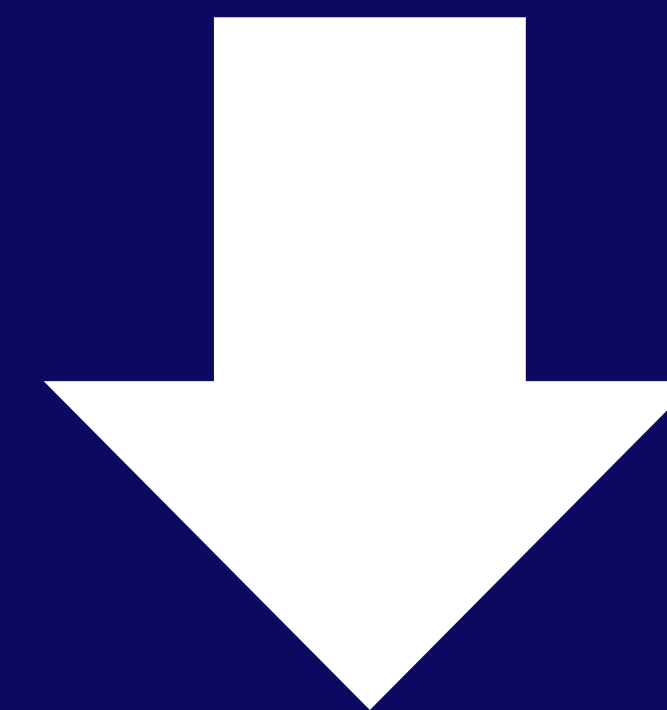
Em 2020, **ao longo do primeiro ano da pandemia, houve corte de gastos com políticas de saúde** do sistema prisional paulista em relação ao que foi aprovado pela assembleia.

necessidades
materiais básicas



redução de
R\$ 31,5 milhões

atenção à saúde*



redução de
R\$ 14 milhões

*Soma dos valores cortados das ações 6142 e 9009 do Programa 3813 durante 2020.

OS IMPACTOS ORÇAMENTÁRIOS DO VERTIGINOSO CRESCIMENTO DO SISTEMA PRISIONAL **SÃO ENORMES** E NÃO SE FIZERAM ACOMPANHAR DE INVESTIMENTOS NA GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES PARA QUEM TERMINA DE CUMPRIR SUA PENA.

QUANDO PENSAMOS NO CICLO DE VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL PRODUZIDO PELA PASSAGEM PELO CÁRCERE, PRECISAMOS NOS PERGUNTAR: **QUAIS AS POSSIBILIDADES DE GARANTIA DE ACESSO A DIREITOS PARA QUEM DEIXA A PRISÃO?**



A política para egressos aparece **nos gastos estaduais** dentro do Programa 3814:

Gestão de Reintegração Social da População Penal, Egressos e Seus Familiares, que inclui 7 ações.

3814 - GESTÃO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO PENAL, EGRESSOS E SEUS FAMILIARES

R\$ 76.579.257

6140 - ASSISTÊNCIA AO EGRESSO E À FAMÍLIA

R\$ 10.190.519

6143 - FORMAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL

R\$ 2.426.716

6144 - PROVISÃO DE POSTOS DE TRABALHO

R\$ 38.789.106

6145 - ASSISTÊNCIA LEGAL CUSTODIADOS APOIO REINT. SOC.

R\$ 1.155.067

6146 - SUPORTE ADMINISTRATIVO EM APOIO CUST. REINTEG.

R\$ 19.548.907

6147 - PROMOÇÃO APLICAÇÃO PENAS E MED. ALTERNATIVAS

R\$ 3.243.610

6166 - PROMOÇÃO REINT. SOCIAL CUSTODIADOS FAMILIARES

R\$ 1.225.332



Quando olhamos com atenção para a descrição de todas as 7 ações previstas no Programa 3814 podemos ver que **a palavra egressos aparece apenas 2 vezes.**

A ação 6140 é a única política direcionada especificamente para egressos.

6140 - ASSISTÊNCIA AO EGRESSO E À FAMÍLIA

Apoio psicossocial e assistência direta ao egresso; estreitamento dos vínculos familiares; encaminhamentos para a rede social de apoio, parcerias com órgãos governamentais, instituições sem fins lucrativos e empresas privadas para desenvolvimento de projetos de capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e geração de renda, bem como acolhimento e suporte aos familiares dos egressos que residem na região.

Na ação 6144 egressos aparecem apenas subsidiariamente, no finalzinho do texto, depois da expressão “além de”.

6144 - PROVISÃO DE POSTOS DE TRABALHO

Disponibilização de postos de trabalho remunerados para custodiados em serviços de apoio e manutenção das próprias unidades prisionais, em oficinas gerenciadas pela Funap e em empresas parceiras públicas e privadas, de acordo com padrões de respeito à integridade humana observados internacionalmente, além de encaminhamentos de egressos a oportunidades de trabalho junto a instituições parceiras.

A ação 6143 se refere a atividades ainda dentro do cárcere, mas que podem ser entendidas como parte de um investimento que contribui com uma saída menos precária.

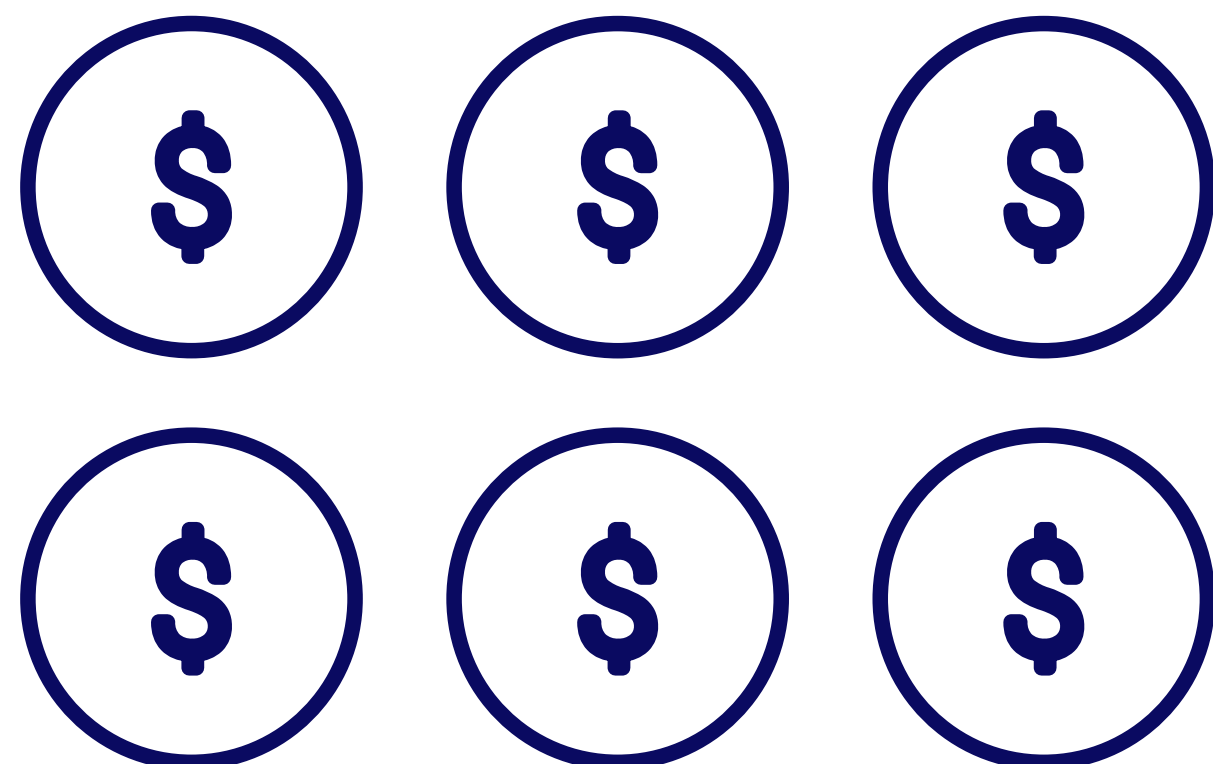
6143 - FORMAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL

Disponibilização, para custodiados, de vagas em cursos de qualificação para o mercado de trabalho e de vagas para a efetivação das atividades de educação básica na modalidade EJA-Educação de Jovens e Adultos, conforme Decreto nº 57.238, de 17.08.2011, que institui o Programa Educação nas Prisões.

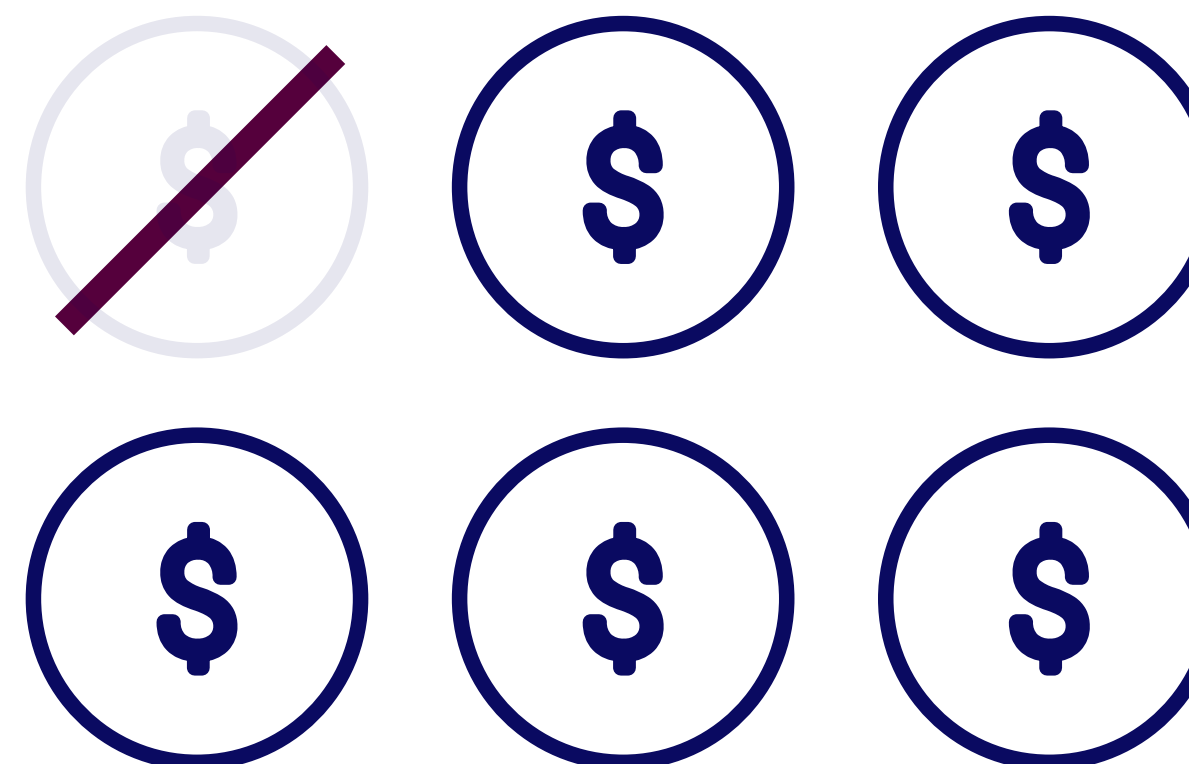
As outras 4 ações desse programa se referem apenas a custodiados e investimentos administrativos ou organizacionais do sistema prisional

Todas as ações voltadas aos egressos e seus familiares sofreram cortes ao longo de 2020.

PARA CADA R\$ 6 PREVISTOS NA LEI ORÇAMENTÁRIA APROVADA PELA ASSEMBLEIA PARA 2020

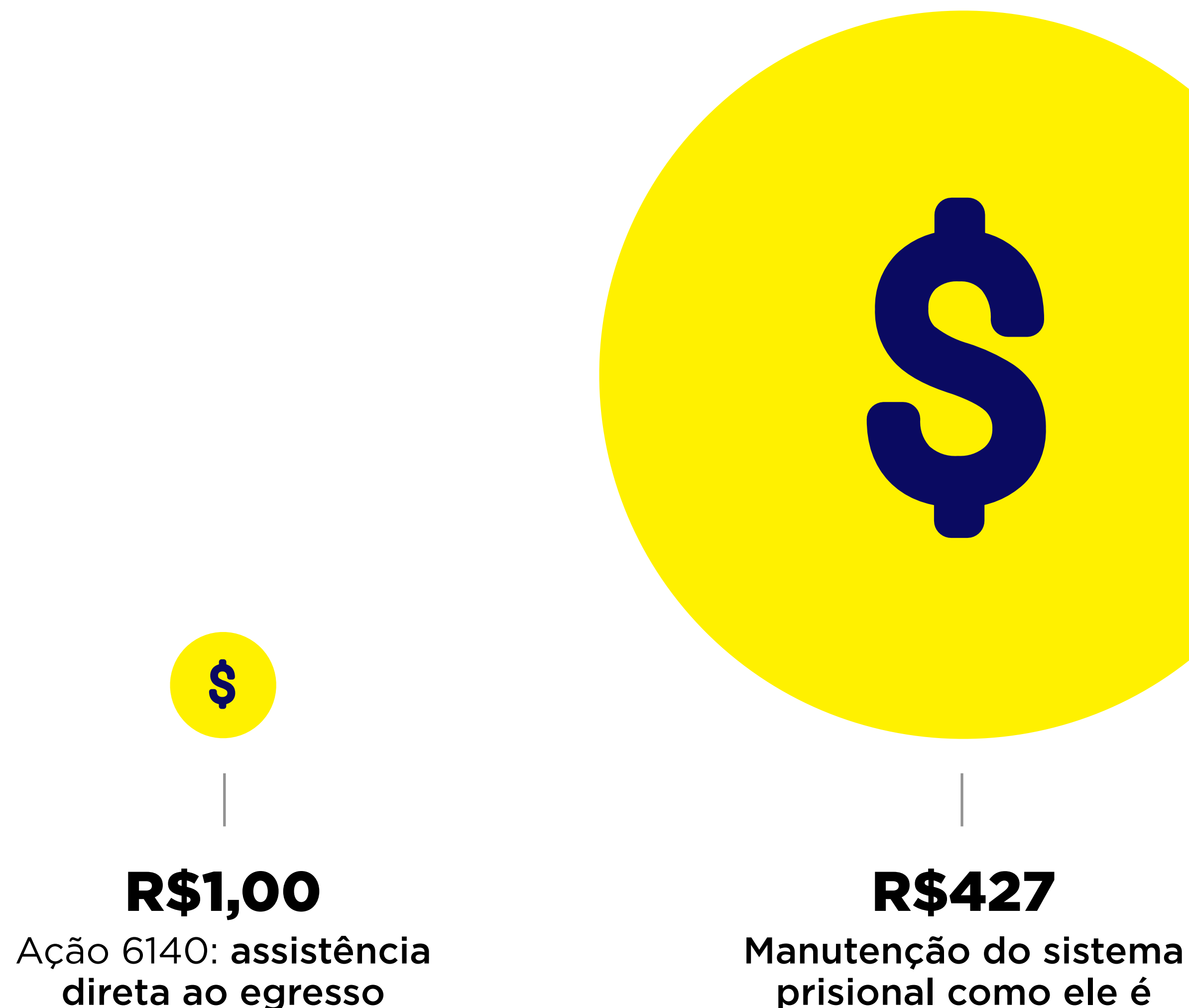


R\$ 1 FOI CORTADO PELO GOVERNO EM 2020



Em 2020 o **Governo destinou** R\$4,35 bilhões para o principal programa de manutenção do sistema prisional* e **apenas R\$10,2 milhões para a única política integralmente voltada para egressos.**

Ou seja: **para cada R\$427 gastos na manutenção do sistema prisional como ele é, apenas R\$1 foi investido na assistência direta ao egresso.**

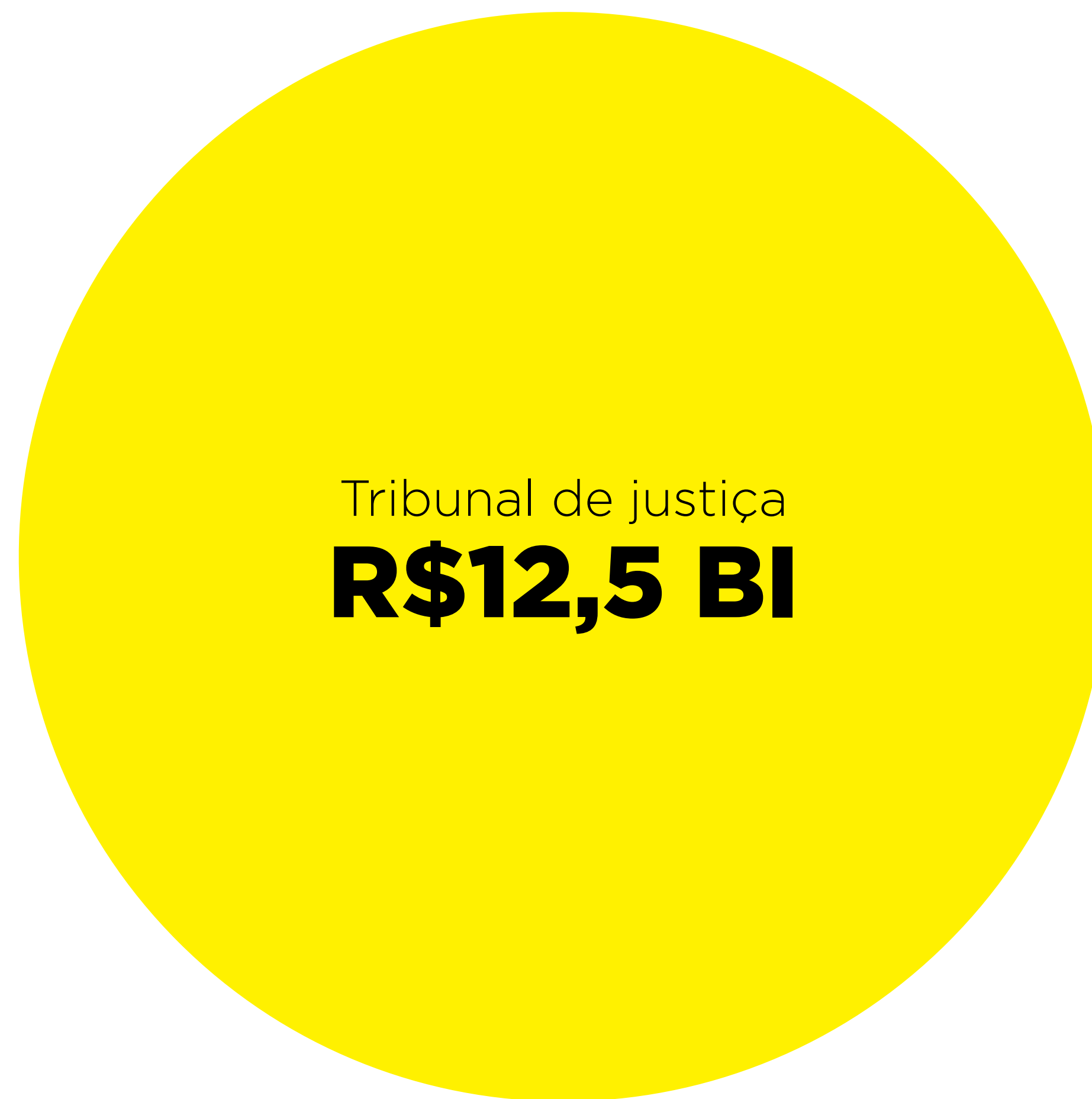


*Programa 3813: Gestão da Custódia da população Penal.

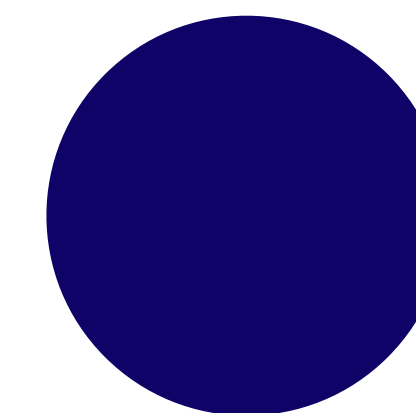
Fonte: Portal da Transparência Estadual de São Paulo



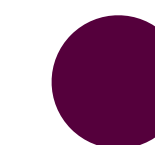
Quando comparamos o que foi gasto em 2020 pelas instituições do sistema de justiça, onde os processos criminais começam, com os gastos com a única política integralmente voltada para egressos, **essa disparidade fica ainda maior.**



Ministério Público
R\$2,75 BI



Defensoria Pública
R\$896 MI



Assistência ao egresso e à família*
R\$10,2 MI



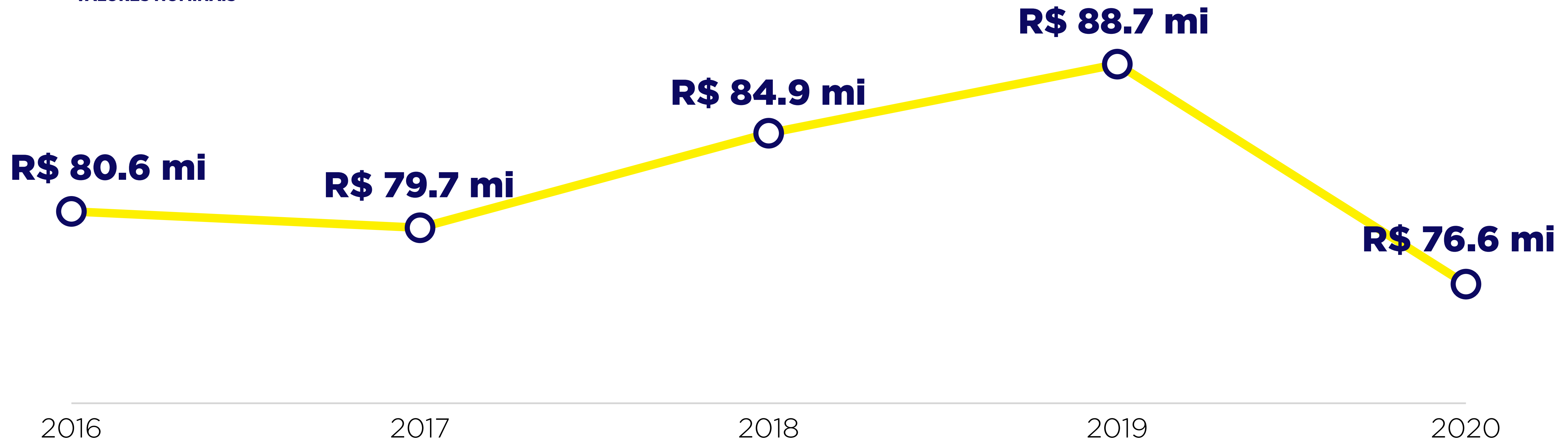
*Ação 6140 do Programa 3814.

Fonte: Portal da Transparência Estadual de São Paulo



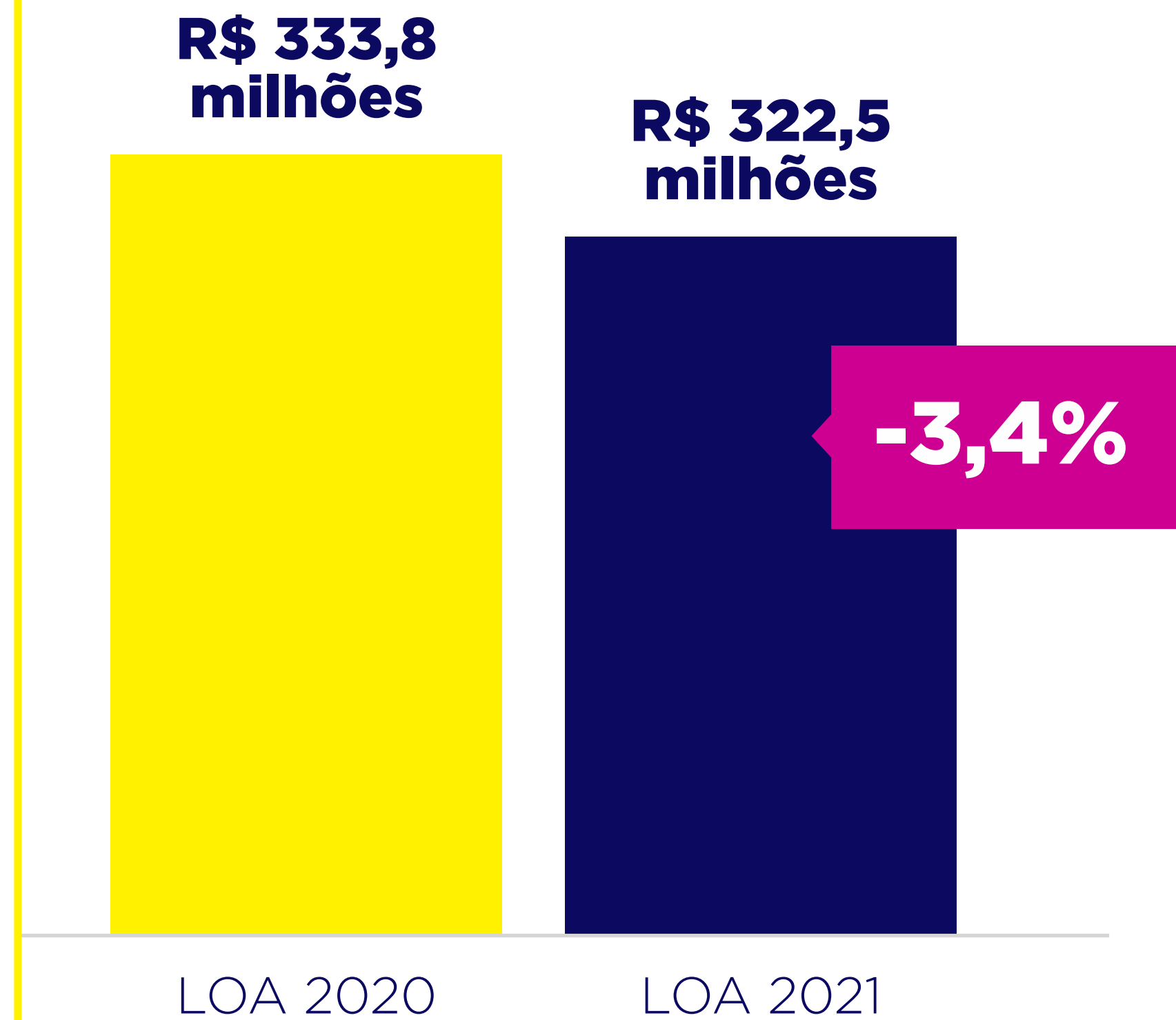
Em 2020 tivemos os menores gastos com políticas voltadas aos egressos e seus familiares, considerando toda a série histórica de dados, iniciada em 2016.

**PROGRAMA 3814:
VALORES NOMINAIS**

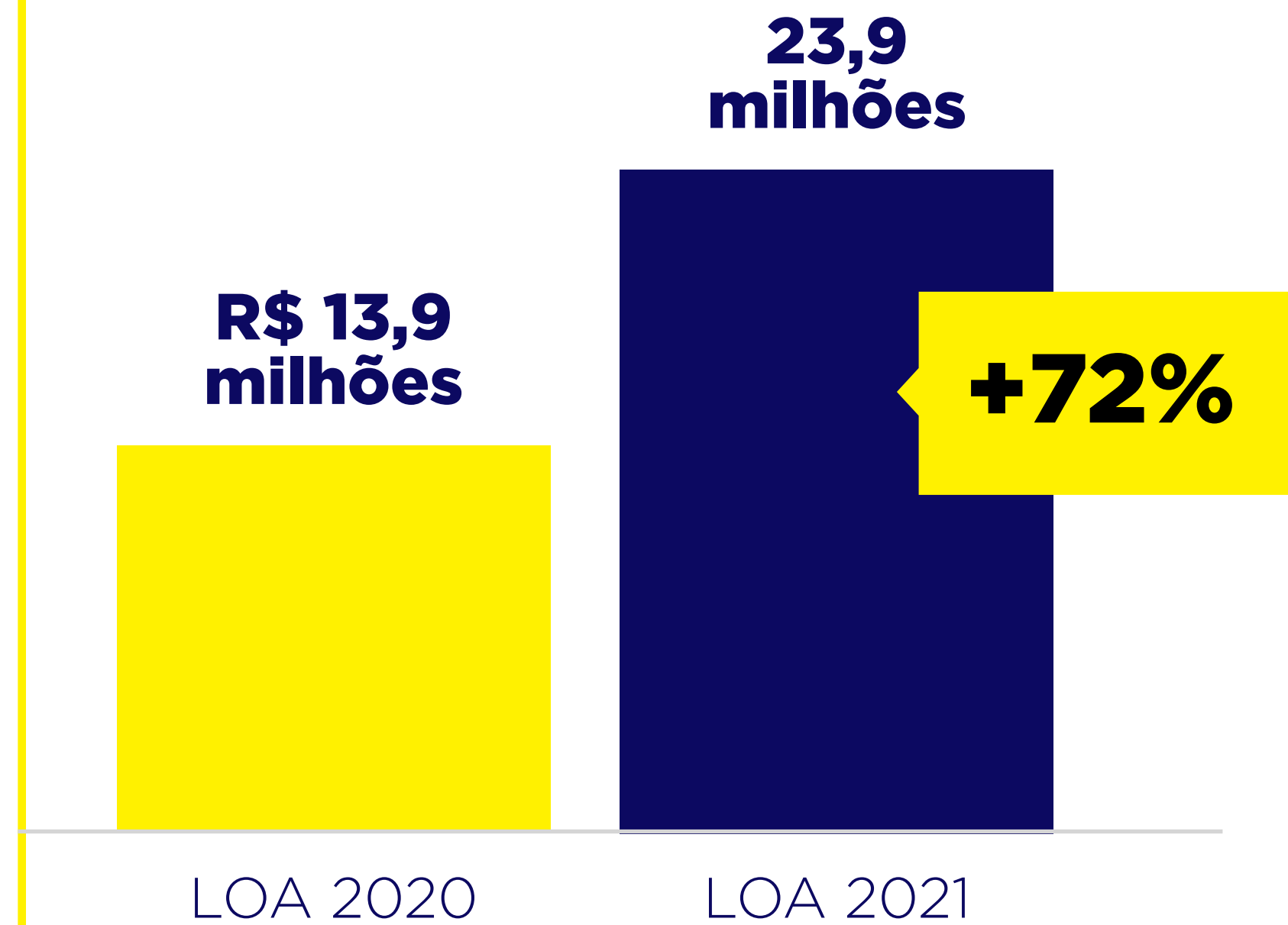


A Lei Orçamentária Anual de 2021 repete a irracionalidade: reduz investimentos com atenção à saúde e prevê aumento de gastos com a expansão prisional.

GASTOS COM ATENÇÃO À SAÚDE PRISIONAL*



EXPANSÃO PRISIONAL



Fontes: Lei Orçamentária Anual de 2020 e Lei Orçamentária Anual de 2021

*Soma dos valores das ações 6142 e 9009 do Programa 3813.



CONTINUAR APOSTANDO
NA POLÍTICA DE

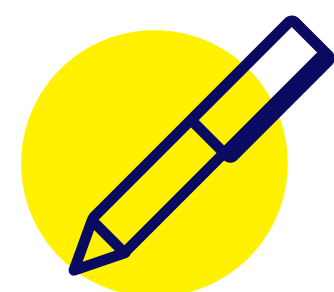
ENCARCERAMENTO EM MASSA

EM 2021 CUSTARÁ CARO

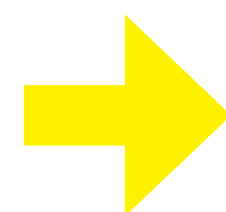
A título de ilustração, o Justa selecionou na LOA 2021 funções de inegável importância no orçamento público que somadas não alcançam o valor destinado à manutenção do sistema prisional.



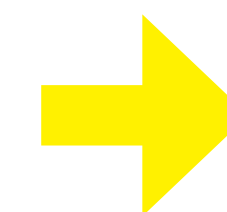
COMO FUNCIONA O ORÇAMENTO ESTADUAL



Cabe ao **Poder Executivo elaborar as propostas de distribuição de recursos públicos.**



Uma das mais importantes atribuições das **Assembleias Legislativas é debater, alterar e aprovar as propostas orçamentárias Estaduais** apresentadas pelo Governo.



Isso acontece em 3 etapas



PLANEJAR
4 anos

PPA

O **Plano Plurianual** é formulado no primeiro ano de governo. Ele concretiza o planejamento para os 4 anos seguintes e estabelece objetivos e metas que o Executivo se compromete a implementar neste período. Nele são criados programas e ações e apontados indicadores para as políticas públicas em todas as áreas de funcionamento do Estado. É com base nesse plano que os orçamentos anuais são elaborados.

ORIENTAR
Anual

LDO

A **Lei de Diretrizes Orçamentárias** é aprovada anualmente, antes do período de tramitação da LOA. A LDO funciona como uma ponte entre o PPA e a LOA. Ao estabelecer quais partes do PPA serão priorizadas no ano seguinte, a LDO orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

RECURSOS, METAS E OBJETIVOS
Anual

LOA

A proposta de **Lei Orçamentária Anual** é apresentada pelo governo até o final de setembro de cada ano, deve ser elaborada de acordo com as orientações da LDO e contemplar as metas do PPA. Na LOA há o detalhamento dos gastos previstos para o ano seguinte. É assim que são definidas as verbas destinadas às políticas públicas, como saúde, justiça, educação, cultura, segurança pública e todas as demais políticas que permitem o funcionamento do Estado.

EMENDAS PARLAMENTARES

As deputadas e deputados podem **alterar o projeto de lei orçamentária do governo**, apresentando as chamadas emendas parlamentares.

A Assembleia Legislativa tem até 31 de dezembro para aprovar a LOA do ano seguinte.



REMANEJAMENTOS DE RECURSOS DO ORÇAMENTO AO LONGO DO ANO

Ao longo do ano o orçamento acaba mudando e a distribuição de recursos prevista na LOA é alterada.

O valor destinado a cada despesa pode ser **contingenciado** (reduzido) ou **suplementado** (aumentado) através da **abertura de créditos adicionais**.

Para entender melhor como funcionam os créditos adicionais, **assista à animação que o Justa produziu** sobre eles e a LOA [link](#)



FONTES DOS DADOS

Portal da Transparência de São Paulo

Sistema de Informações Gerenciais da
Execução Orçamentária (SIGEO)

Lei Orçamentária Anual de 2020

Lei nº 17.244/2020


Lei Orçamentária Anual de 2021

Lei nº 17.309/2020

Dados checados no Portal da Transparência de São Paulo no dia 5 de maio de 2021.

Todos os valores apresentados são nominais





JUSTA

DEMOCRATIZANDO A GESTÃO PÚBLICA DA JUSTIÇA